

Educação e salário

Roberto Leal Lobo e
Silva Filho *

Ninguém discorda da afirmação de que a distribuição de rendas na sociedade brasileira é extremamente injusta e que a situação agravou-se nos últimos anos. Esse consenso decorre da eloquência dos fatos. Por exemplo, enquanto nos Estados Unidos a fatia dos 20% mais ricos detém 40% da renda nacional, no Brasil essa mesma fatia detém 76% da renda; e que, enquanto entre nós o grupo dos 40% mais pobres fica com somente 7% da renda global do país, na sociedade americana essa participação é de 17%. E os Estados Unidos, por mais que se admire o seu sistema liberal de governo, seguramente não são o melhor exemplo de justiça social no mundo contemporâneo.

Por isso, é imperiosa a necessidade de se reverter um processo que está na raiz da crise que vivemos no Brasil. Como modificar esse panorama cruel? Na resposta a essa pergunta não há consenso no país nem mesmo um ponto de vista amplamente majoritário. O que se vê são opiniões as mais variadas e teses divergentes.

Assim, estamos diante de um desafio que exige reflexão mais amadurecida do problema, desafio semelhante ao que era colocado às pessoas que se aproximavam da Esfinge: serem devoradas se não resolvessem o enigma. E a luta dos principais interessados em alterar esse quadro inaceitável de distribuição de rendas — os trabalhadores — apresenta-se como um trabalho de Sísifo: diariamente carregar morro acima uma pedra gigantesca que, também diariamente, rola morro abaixo.

A batalha dos sindicatos por reajustes salariais apenas tem conseguido restabelecer parcialmente o poder aquisitivo dos salários, tão forte e insidioso é o curso da desvalorização da moeda.

A tese que as lideranças sindicais têm defendido é a da adoção de uma lei elevando o salário mínimo a um patamar que beirava, há algum tempo, 250 mil cruzeiros. Apesar da justeza da motivação, essa tese não tem recebido

apoio fora dos meios sindicais, isso porque majoração tão acentuada e abrupta do salário mínimo, por via legal, infelizmente não corresponde à realidade econômica e social do Brasil de hoje. No máximo, se chegaria a um número extremamente reduzido de grandes empresas com elevada produtividade.

Além disso, provavelmente uma lei que modificasse o atual salário mínimo tão profundamente lançaria a economia brasileira na hiperinflação, devastando a vida econômica como um todo e jogando no desemprego milhões de assalariados. Esta seria a reação dos fatos a uma lei que, embora aparentemente justa, não teria embasamento na realidade.

Um país, como o Brasil, que hoje ostenta renda *per capita* de 2.000 dólares anuais, supondo-se que somente 1/3 da população é ativa, teria a oferecer um salário médio, por trabalhador, de 6.000 dólares ao ano, ou 460 dólares por mês. Isso corresponde a 260 mil cruzeiros aproximadamente. Portanto, se todo o PIB brasileiro fosse aplicado exclusivamente em salários (acabando com investimentos, poupanças etc.), seria impossível, adotado o salário mínimo proposto, haver qualquer outro valor de salário. Todos, no Brasil, teriam salário igual. Seria mínimo e máximo, ao mesmo tempo. Nem na Suécia isso ocorre. O problema não está somente no arrocho salarial, que existe, mas no baixíssimo PIB brasileiro.

Creio, no entanto, ser possível encontrar um caminho para corrigir a distribuição iníqua da renda nacional. Essa solução somente será alcançada a médio prazo, devendo-se, é claro, obter êxito em certas medidas destinadas a estabilizar efetivamente a moeda e retomar o desenvolvimento. Contudo, o problema vai muito além dos aspectos econômicos da questão, uma vez que também decorre de nossa formação histórica e cultural. Daí a importância de uma discussão mais abrangente, em fórum equipado para abrigá-la.

O ponto de inflexão que poderá conduzir a um real desenvolvimento de nossa sociedade está relacionado com o nível de produtividade das nossas empresas e dos nossos trabalhadores.

Que fatores são decisivos para a elevação de produtividade? Alinhados, de imediato, entre estes, o nível tecnológico das atividades produtivas, os métodos mais racionais de organização do trabalho e a qualificação da mão-de-obra. Tudo isso se resume numa palavra: educação.

O baixo nível da educação no Brasil é um ponto visível de estrangulamento do crescimento nacional. Examinemos alguns dados: mais de 20 milhões de brasileiros são analfabetos, sendo mais de 11 milhões na faixa que vai de 15 a 29 anos de idade; cerca de 4 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola; 43 milhões são subescolarizados, por não terem completado quatro anos no ensino primário; enquanto no Brasil dois entre dez adolescentes, de 15 a 19 anos, cursam a escola secundária, na Coreia do Sul, por exemplo, essa proporção é de nove para dez.

Uma conclusão, portanto, se impõe: é impossível elevar a produtividade do trabalho dos brasileiros se não houver empenho definitivo em favor de uma revolução educacional no país. A educação pode não ser condição suficiente, mas é, certamente, indispensável para atingir esse objetivo.

Temos dito que a única via para se avançar democraticamente no que diz respeito ao conflito entre o capital e o trabalho, no Brasil, é a educação. A Universidade de São Paulo oferece, em suas áreas de ensino e pesquisa voltadas para a economia e as ciências sociais, um cenário ideologicamente plural para frutíferos debates do tema, com empresários e trabalhadores. É necessário conjugar as discussões salariais imediatas com os esforços para uma reforma política que contemple a educação como única saída sólida a longo prazo. Isso deve ser discutido entre os sindicatos de trabalhadores e a área empresarial num cenário neutro e tecnicamente qualificado. Este cenário pode ser a USP ou qualquer outro centro de excelência. O importante é que o diálogo prospere e seja efetivamente inovador.